



SOB A UNÇÃO DOS SANTOS ÓLEOS: SIGNIFICADOS DO PARENTESCO FICTÍCIO NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES DE POUSO ALEGRE-MG (SÉCULO XIX)

Leonara Lacerda Delfino*

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

leonaralacerda@yahoo.com.br

RESUMO: Neste artigo dedicaremos um espaço exclusivo aos padrões de compadrio tecidos no âmbito da Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires – MG., entreposto comercial sul-mineiro, estrategicamente situado numa região de movimentação rotas de tropas e de dinâmica inserção na rede Centro-sul de abastecimento interno ao Rio de Janeiro no período oitocentista. Constituiu-se nosso objetivo a tessitura de reflexões acerca dos fatores que influenciavam os padrões das relações compadrescas, tais como: capacidade de inserção ao tráfico, dimensão das escravarias, fatores de legitimidade e distribuição entre os sexos entre os escravos arrolados a partir de Registros paroquiais de Batismo. Nesse sentido, procuramos analisar os significados construídos em torno das formas de apadrinhamento, principalmente no que diz respeito a suas articulações em torno do engendramento de relações verticais e horizontais no contexto social da escravidão, sobretudo, em economias de mercado interno de abastecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão – Compadrio – Registros Paroquiais de Batismo

ABSTRACT: In this article we will dedicate an exclusive fabrics to patterns of cronyism within the Parish of Bom Jesus dos Martires - MG., Trading post south-miner, strategically located in a region of movement routes and troop insertion of dynamic network in Central south of domestic supply to Rio de Janeiro during the eighteenth century. Constituted the fabric of our objective reflections on the factors that influenced the patterns of relations compadrescas such as: ability to insert trafficking, size of escravarias factors of legitimacy and gender distribution among the slaves listed from parish records Baptism. Accordingly, we analyze the meanings constructed around the forms of patronage, especially with regard to your joints around the engendering of vertical and horizontal relationships in the social context of slavery, especially in economies of domestic supply.

KEYWORDS: Slavery – *Compadrio* – Parish Registers of Baptism

A análise das formas de como se engendravam os padrões de compadrio numa sociedade escravista tem sido, na visão da historiografia da escravidão, um poderoso instrumento para captar “[...] aspectos importantes de funcionamento da comunidade

* Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

escrava”.¹ Assim como o parentesco consanguíneo ou aquele gerado pela afinidade do matrimônio, o compadrio também sedimentava bases sólidas, no que diz respeito ao sentimento de pertença e identidade de grupo familiar naquela sociedade. Altamente valorizado por todos os grupos de diferentes escalas sociais, esta instituição adquiriu sentidos políticos que foram sendo recriados e reelaborados, de acordo com as expectativas dos respectivos agentes envolvidos, como também pelas disponibilidades circunstanciais pertinentes a cada localidade e contexto específico, tais como: capacidade de inserção ao tráfico, dimensão das escravarias, fatores de legitimidade e até mesmo a distribuição da proporção entre os sexos, seriam esses elementos de incidência direta ou indireta nas possibilidades de escolhas dos pais espirituais a serem levados à pia batismal.

O indivíduo, ao apadrinhar o inocente livre ou escravo, não só se aparentava com seu afilhado, mas também com os pais biológicos deste, se tornando parentes espirituais de seus respectivos compadres. Entretanto, na “roda do compadrio” selava-se aliança entre o núcleo familiar primário do batizando e os indivíduos escolhidos a serem protetores e instrutores morais e de princípios religiosos do rebento a ser ungido.

Segundo Schwartz, esta relação compadresca era fortemente demarcada por um aspecto de mobilidade, onde se poderia “[...] reforçar os laços de parentesco já existentes ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais”.²

Sendo assim, diferente do matrimônio, o sacramento do batismo permitia aos escravos a possibilidade de extrapolar, com uma frequência muito maior, tanto os limites de propriedade, como os de sua condição social, ao viabilizá-los a tessitura de alianças tanto verticais quanto horizontais, sendo cada uma das iniciativas orientadas por ganhos adicionais próprios e vínculos de dependência e subordinação. Nesse sentido, vale salientar que a instituição do compadrio era eminentemente, hierárquica, mesmo quando edificadas entre pares do mesmo grupo social. As expectativas exigidas a serem cumpridas por cada ente envolvido no rito fazia com que esta relação, apesar do forte traço de reciprocidade, estivesse também marcada pelo crivo da desigualdade.

¹ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001, p. 263

² Ibid., p. 266.

Aos padrinhos, eram atribuídas obrigações de servirem como tutores morais e espirituais do afilhado, bem como a assistência de recursos materiais ao longo da vida e a responsabilidade de criação, quando na ausência dos pais. Eram comuns nos depoimentos em testamentos, heranças deixadas aos afilhados, mesmo quando estes se encontravam sob o jugo do cativo. Já aos afilhados, eram-lhes exigidos sentimentos de respeito e deferência aos padrinhos. Eram suas obrigações tomar-lhes as bênçãos, a cada encontro efetuado, aceitar conselhos e intervenções, sem repúdio ou contravenção, visitar-lhes, quando se achavam em estado de saúde debilitado, prestar-lhes assistência e reverência, como um filho prestaria a seu pai e mãe biológicos.

Desta forma, fundada pelo ritual do batismo, a instituição do compadrio, mesmo engendrando relações hierárquicas, funcionava como possibilidade de “[...] substituição ou ampliação da família escrava, num sentido mais amplo de formação de uma comunidade negra no Novo Mundo”.³ Isto significa que para os escravos a instância recebeu uma nova leitura. Estudos clássicos⁴ demonstram que além da busca por padrinhos espirituais livres, o compadrio foi um veículo forte de sedimentação de laços intracativeiro. Além da incorporação da linguagem dominante desta instância cultural, os escravos a utilizaram para reelaborar seus laços interétnico-culturais, através da persistência da prática da endogamia de grupo, também vivenciada nesta forma de parentamento.

Instituído na América Portuguesa pela Igreja Católica, o ritual do batismo representava uma das pilastras basilares de sustentação ideológica do empreendimento da colonização e legitimação da escravidão no Novo Mundo, que se fundamentava no ideal de expansão da fé e conversão do mundo pagão. Sendo assim, ao batizar o escravo

³ KJFERVE, Tânia Maria G.; BRUGGUER, Silvia Maria. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 47, 1991.

⁴ GUDEMAN, S.; SCHWARTZ, S. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**, São Paulo: Brasiliense / Brasília CNPq, 1988; KJFERVE, Tânia Maria G.; BRUGGUER, Silvia Maria. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20, 1991; SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001; _____. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 3 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2005; GUEDES, Roberto. **Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000; RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição** (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920). 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

recém-chegado, cumpria-se parte desta missão cristã engajada na conversão e doutrinação de novos fiéis. Era da alçada tanto da Igreja, quanto dos senhores “libertarem” seus escravos de suas crenças pagãs e colocá-los no caminho da verdadeira fé. Segundo a doutrina tridentina impressa nas adequações previstas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, seria somente por meio do batismo que “[...] as portas do céu se [abriria] e a pessoa [receberia] a salvação pelo primeiro sacramento da Igreja Católica”.⁵ Desta forma, o ritual simbolizava a iniciação do recém-converso à fé cristã, através do ato de purificação do estado de pecado original, como também assegurava a inserção real do indivíduo e seu reconhecimento naquela sociedade, onde o sagrado se fazia imperativo em diversas instâncias do cotidiano.

Além de atender esses interesses da esfera mental-religiosa, o batismo também serviria, naquele contexto, como escritura pública de posse do escravo nascido em cativeiro, que não tivesse, portanto, passado por nenhum processo de compra ou transferência de propriedade.⁶ Vale salientar que a legislação laica do império português, como as *Ordenações Filipinas* de 1603 recomendava que todos os proprietários batizassem seus escravos num período variável, entre um a seis meses após a compra ou nascimento do inocente cativo, caso contrário, seriam aqueles senhores punidos por meio de multas e confisco da mão-de-obra escrava.⁷

Em terras “além-mar” a Igreja procurou regulamentar o ritual do batismo prescrevendo normas que previam um período de oito dias após o nascimento para o inocente livre ou escravo, seguido da presença de um casal de padrinhos (sendo o padrinho maior de 14 anos e a madrinha, acima de 12 anos de idade). No entanto, eram proibidas as participações de membros de ordens religiosas ou párocos como padrinhos, a invocação de santos católicos como tutores espirituais, ou a realização do batismo de

⁵ **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS do Arcebispado da Bahia**, (D. Sebastião Monteiro da Vide) Livro Primeiro, Título LXXI, parágrafo 303. São Paulo: Typografia, 1853.

⁶ Quando o escravo era comprado havia uma matrícula que documentava a propriedade daquele, ou seja, o nome do proprietário, local da transação comercial, etc. Porém, quando se tratava do escravo inocente, já que não havia sofrido transação comercial, serviria o registro de batismo, como registro de confirmação da propriedade.

⁷ Ver: **ORDENAÇÕES FILIPINAS**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, v. III. Livros IV e V. Reprodução fac-símile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

africanos, sem imputar-lhes nenhuma instrução mínima dos preceitos cristãos católicos, ou a realização do rito sem tomar-lhes o consentimento inicial.⁸

Não obstante, a despeito da estrutura hierárquica do comportamento compadresco no cativo, são considerados alguns aspectos padrões pela historiografia da escravidão, sobretudo em regiões de economia agroexportadora. São eles: a larga preferência dos pais ou mãe dos cativos batizando, por padrinhos livres; pessoas escravas quase nunca apadrinhavam rebentos livres ou libertos, já os inocentes daquela mesma condição social poderiam receber pais espirituais de todas as escalas sociais; já os escravos “adultos” eram frequentemente apadrinhados pelos pares da mesma condição e raramente por livres e os senhores nunca ou raramente apadrinhavam seus escravos. Este último aspecto serviu de base para que Gudeman e Schwartz questionassem a clássica visão de Gilberto Freyre de que a instituição demarcaria a interiorização de valores clientelistas da família patriarcal pela senzala, através da eleição desta última por pais espirituais advindos da casa grande. Para os autores, haveria uma oposição latente entre os papéis exercidos pelo senhor e o padrinho espiritual, fazendo com que este, além de todas as atribuições mencionadas, cumprisse, na conflitante relação senhor – escravo, o papel de interventor e apaziguador de eventuais desacordos entre ambas as partes.⁹

No item que segue acompanharemos como se estabeleceram essas noções de hierarquias, instituídas a partir do parentesco ritual, na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires e como podemos dialogar as especificidades identificadas para a localidade com os padrões de compadrio tradicionalmente indicados pela historiografia da escravidão.

A INSTITUIÇÃO DO PARENTESCO RITUAL NA FREGUESIA DE SÃO BOM JESUS DOS MÁRTIRES DE POUSO ALEGRE

A Freguesia de Pouso Alegre, localizada no extremo-sul da província de Minas, região que se especializou no mercado interno de abastecimento, apresentou capacidade de agregar extensas escravarias (acima de 50 escravos) ao lado de pequenas

⁸ **ORDENAÇÕES FILIPINAS.** Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, v III. Livros IV e V. Reprodução fac-símile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870.

⁹ **GUDEMAN, S.; SCHWARTZ, S.** Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade:** estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense / Brasília CNPq, 1988.

e médias propriedades, que em seu conjunto, dedicavam suas produções ao cultivo intensivo de gêneros alimentícios diversificados e à criação de gados e porcos, ao longo do período analisado. Do conjunto de 3.340 escravos inventariados entre 1820-1888 no município de Pouso Alegre, observamos em nossa pesquisa, que 56,6% dos processos abertos, do conjunto de 678 inventários *post-mortem*, referiam-se às propriedades escravistas. Esta constatação diz respeito a uma economia local que dependeu, em larga escala, da mão-de-obra escravista, fazendo desta um elemento dinâmico norteador da força de trabalho daquela produção local.¹⁰

Dentre as características observadas dessa população escrava inventariada, inferimos que houve uma dinâmica participação da localidade na inserção do tráfico-atlântico de escravos. Entre 1820-1829 identificamos que 37,5% desta população cativa era africana.¹¹ Não obstante, esta recorrência dos proprietários locais ao tráfico, não subtraiu a capacidade de reprodução natural daquela escravaria. A partir deste mesmo levantamento, pudemos inferir uma participação de 35,0 a 36,5% de crianças cativas, entre 0 a 14 anos, em subperíodos antecedentes ao cerceamento definitivo do tráfico de escravos. Além disso, a razão criança/mulher alcançou a segunda maior média da província no período oitocentista, ao estimarmos uma média de 1.056 crianças para cada mil mulheres escravas, neste mesmo período.¹² Outra especificidade relevante para esta localidade refere-se ao alto índice de legitimidade, avaliado em torno de 53,3% entre os inocentes cativos, entre 1812 a 1873 na paróquia de São Bom Jesus. Este dado vai de encontro ao índice de nupcialidade extraído dos mapas de população do município entre 1833-1835,¹³ ao indicar uma participação de 36,8% de homens e mulheres cativos, acima de 15 anos, com estado conjugal casado ou viúvo, fazendo do casamento oficial,

¹⁰ DELFINO, Leonara Lacerda. **A Família Negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas. (1810-1873).** 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

¹¹ *Ibid.*, p. 90.

¹² A razão (criança/mulher) mais alta estimada para a província de Minas foi averiguada por Bergad em 1.201 crianças cativas por mil mulheres entre a população inventariada de São João e São José del Rei, Ouro Preto e Diamantina. (Cf. BERGAD, Lair. **Escravidão e História Econômica.** Demografia de Minas Gerais. 1720-1888. Bauru: EDUSC, 2004, p. 219; DELFINO, 2010, op. cit., p. 98.)

¹³ **MAPA DE POPULAÇÃO de Município de Pouso Alegre (1833- 1835).** Notação MP, CX 06 doc 02, localizados no Arquivo Público Mineiro.

uma instituição valorizada pelos escravos, bem como um incentivo senhorial amplamente praticado por aqueles proprietários da Freguesia.¹⁴

No que se refere às relações compadrescas estabelecidas no âmbito do cativo na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires, observamos que dos nove livros paroquiais abertos aos assentos de batismo na mesma Paróquia,¹⁵ entre os anos de 1812 a 1873, o senhor quase nunca apadrinhava seus escravos, numa confirmação à principal premissa aventada por Gudeman e Schwartz, ao sugerirem a incompatibilidade entre papéis desempenhados pelo padrinho e proprietário escravista. Deste arranjo mencionado, encontramos entre os assentos, onze proprietários servindo como tutores espirituais de seus próprios escravos. Deste total, apenas Daniel de Nação, batizado em primeiro de janeiro de 1835, por José Antônio de Freitas Lisboa, seu senhor, recebeu a liberdade por meio do sacramento.¹⁶

Entre os padrinhos ausentes e invocação de santos protetores, observamos apenas um caso em que ambos os padrinhos estavam ausentes, em razão da invocação de santos, como foi o sacramento para o inocente Felipe, filho de “pai incógnito” e Felisbina solteira, escrava de Dona Umbelina Maria de Barros, que recebeu como padrinhos espirituais, São Sebastião e Nossa Senhora.¹⁷ Já em relação à invocação do próprio pároco, condutor da cerimônia, como protetor espiritual, o que era previsto como desobediência à lei canônica, encontramos a ocorrência de vinte menções destes representantes de Deus empenhados em aceitar estes filhos de escravas como afilhados de sua proteção.¹⁸

14 DELFINO, Leonara Lacerda. **A Família Negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: Incursões em uma Demografia de Escravidão no Sul de Minas. (1810-1873).** 2010. Dissertação de (Mestrado em História) – Departamento de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. p. 143.

15 Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO.** Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pousos Alegre-MG)

16 Fonte: **ALFORRIA DE PIA extraída do Assento de Batismo de Daniel de Nação.** Data 01/01/1835. Cf.: Livro de Batismos 3 (1825-1837). Localizado na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pousos Alegre-MG)

17 Fonte: **ASSENTO DE BATISMO de Felipe escravo.** Data 13/04/1867. Livro 9 (1866-1877). Localizado na MSBJ. (Matriz de São Bom Jesus – Pousos Alegre - MG)

18 Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO.** Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pousos Alegre-MG)

No que confere ao cômputo total para a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, constatamos que do total de 3.533 escravos (destes, 74 eram *ingênuos*), a maioria, ou seja, 48,4% dos inocentes e *adultos* cativos receberam pais espirituais livres, isto é, com *status* social superior aos seus. No entanto, a participação de padrinhos cativos não deixou de ser relevante, ao alcançar o percentual significativo de 39,1%. Dentre os pares de padrinhos de condição social distinta, observamos que 4,2% eram formados por padrinho livre e madrinha escrava, ressaltando que para o conjunto destes padrinhos livres, 26,8% eram forros. Da combinação inversa, ou seja, padrinho escravo e madrinha livre, apreendemos um resultante de 3,8% de participação, de modo que 52,2% destas madrinhas eram mulheres forras.¹⁹

Nesta combinação de pais espirituais de *status* social distintos, as madrinhas forras foram sempre preferidas em relação às livres. Esta indicação acentuada de madrinhas forras, neste tipo de arranjo, pode estar relacionada à prática verificada entre este grupo de mulheres em alforriar ou legar alguma herança ou esmola aos seus afilhados. Segundo Faria “deixar algum bem para afilhados era atitude previsível e socialmente esperada”, não só entre indivíduos de algum prestígio social, mas também entre este grupo de mulheres que conseguiram um nível muito peculiar de ascensão na escala hierárquica daquela sociedade.²⁰

Analisando a sequência de batizados entre inocentes cativos e adultos, incluindo o grupo de *ingênuos* em subperíodos trienais, entre 1812-1873, observamos que de início, entre os intervalos de 1812 a 1817, houve uma participação tímida de padrinhos escravos, inferior a 30%, mas a partir de 1833-1835, apreendermos que entre intervalos alternados, houve uma participação maior de pares de padrinhos cativos em relação aos de pais espirituais livres.²¹

Nesse sentido, podemos inferir que a comunidade escrava da freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre esteve dividida, ao longo do século XIX, entre

¹⁹ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ. (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

²⁰ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e famílias no cotidiano colonial. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 216.

²¹ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

as alianças verticais, efetuadas com o grupo de *status* social superior e horizontais, tecidas com seus pares de cativo. O que certo modo, demarca a oscilação entre a expansão e fortalecimento das teias comunitárias intracativo, em paralelo à potencialização ou enfraquecimento de alianças clientelísticas, em que ganhos e subordinação acentuavam duas faces da mesma trama vivenciada no interior das relações escravistas.

Seguindo a análise a partir de variáveis como origem, sexo e legitimidade, lidos como fatores de incidência direta na efetivação da escolha de padrinhos, observamos comportamentos heterogêneos, conforme o critério verificado. A primeira variação a ser considerada, refere-se ao fator origem. Conforme já mencionamos, em estudos anteriores constataram-se padrões diferenciados para inocentes cativos e batizando adultos (africanos), ou seja, recém-chegados possuíam, em sua maioria, potenciais chances de receberem pares de cativo como pais espirituais. Entre os inocentes cativos era provável que o enlace tenderia ser efetuado com pessoas livres ou cativas, seguindo a lógica norteadora do compadrio, em que o *status* social do padrinho ou madrinha era quase sempre igual ou superior ao do afilhado. Nesse sentido, africanos apadrinhando inocentes cativos ou libertos, ou até mesmo servindo como tutores espirituais de crianças livres eram casos bastante atípicos na “roda do compadrio” da sociedade escravista.

Na freguesia de São Bom Jesus Dos Mártires, entre os 353 escravos *adultos* levados à pia batismal, entre 1812 a 1853, quando se registrou o último africano batizado na freguesia, observamos que a escala hierárquica compadresca supracitada não fora obedecida com exata retidão na localidade, já que a maior parcela dos pais espirituais destes estrangeiros (51%), era composta por pessoas livres, seguida da participação de 34,2% de padrinhos escravos e 11,8%, por padrinhos de *status* social distinto, onde 3,5% destes, eram formados pela combinação padrinho livre e madrinha escrava e 5,3%, pela combinação inversa. Vale salientar que nos anos de intensa entrada de africanos na paróquia, entre o período de 1818-1820, observou-se a superioridade de padrinhos escravos em relação aos livres. No subperíodo seguinte, esta participação eleva-se para 43,6% entre o grupo mencionado.²²

²² Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853);. Localizados na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

Entre os inocentes nascidos em cativeiro, a busca por padrinhos livres (48,2%), ao contrário do padrão indicado pela escala hierárquica compadresca, foi inferior em relação àquela observada para os adultos africanos. Conseqüentemente, a predileção por padrinhos escravos no interior daquele mesmo grupo, foi relativamente superior (39,7%) em relação ao mesmo grupo comparado.²³

Seguindo a análise em intervalos trienais, observamos que este comportamento entre o grupo dos inocentes cativos também sofreu variações ao longo do período analisado. Seguindo relativamente uma tendência ascendente entre 1812 a 1832, verificamos um crescimento paulatino da participação de pares cativos entre os padrinhos dos nascidos em cativeiro, atingindo, em intervalos situados entre 1833-35; 1836-38, o percentual de 48,1%, sobrepondo, deste modo, a presença de compadres livres. Entre 1866-68, ponto culminante desta participação escrava na “roda do compadrio” de filhos de escravas, observou-se o percentual de 52,3%.²⁴

Nos anos seguintes a Lei de 1871, identificamos algum impacto observado pelas mudanças de percepção do *status* social do *ingênuo*, ao apreendermos uma ligeira queda de padrinhos escravos (de 32,2 para 27,7%) e o concomitante aumento de padrinhos livres (de 48,3% para 57,0%).²⁵ Para Schwartz, esta ascensão de livres entre os padrinhos na roda compadresca de filhos de escravos, que assumiram com a promulgação da Lei o estatuto legal de livres, reflete não só o aumento proporcional de livres, verificado para os anos finais da escravidão, mas a própria mudança na percepção de cativeiro. As redefinições destas relações, mediante o processo de pulverização da instituição escravista, junto à elevação do *status* social do inocente escravo à condição de *ingênuo* (formalmente livre), fizeram da busca por padrinhos

²³ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ. (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

²⁴ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

²⁵ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

escravos um inconveniente àqueles que não compartilhariam, a princípio, desta mesma escala social.²⁶

No que diz respeito à valorização do sexo do batizando na incidência de escolhas dos padrinhos, observamos o acentuado equilíbrio do arranjo dirigido às meninas e aos meninos escravos levados à pia batismal, ao longo do período estudado. Sendo assim, o elevado potencial de chances atribuído ao inocente masculino de possuir pais espirituais de *status* social superior, em relação aos padrinhos conferidos à inocente cativa, não foi uma hipótese aventada para a especificidade da freguesia. A indicação de 48,6 e 49% de pares livres de padrinhos para inocentes masculinos e femininos, respectivamente, são inferências muito próximas para assumir, no caso específico, este critério de distinção entre os sexos como fator relevante a ser levado no processo de escolha destes padrinhos.²⁷

Já este mesmo critério utilizado para avaliação de padrinhos entre africanos, observamos que apesar de expressivamente inferior em relação ao grupo dos homens, as mulheres adultas efetuaram em 57,4% enlace compadresco com pessoas de estrato social superior aos seus, assumindo vantagem, neste critério, em relação aos africanos masculinos. A esta inferência, podemos conjecturar se este tipo de arranjo não estaria servindo à uma política de reforço da relação paternalista pelo ritual do batismo, já que haveria potenciais possibilidades destas escravas serem dirigidas aos serviços domésticos e estarem submetidas ao mesmo espaço de convivência de seus senhores.

Quanto à variação concernente à legitimidade, ratificamos a premissa historiográfica de que mães escravas solteiras estariam mais próximas do mundo dos livres ao confiarem seus rebentos aos indivíduos de *status* social superior, enquanto que famílias legítimas teceriam teias de solidariedades mais estreitas na comunidade escrava por nomearem como pais espirituais de seus filhos, companheiros de cativo. Sendo assim, observamos a reprodução deste padrão compadresco no seio da comunidade escrava na Freguesia.

Analisando os primeiros anos da abertura de assentos de batismo na paróquia, identificamos acentuada disparidade entre padrinhos livres e escravos, com vantagem

²⁶ SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

²⁷ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ. (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

dos primeiros, tanto entre os filhos legítimos quanto entre os filhos naturais. Esta constatação explica-se, em parte, pelo início da sedimentação da comunidade escrava no contexto da fundação da freguesia. No período que segue a fundação da Vila em 1832, identificamos, em períodos alternados, a sobreposição de padrinhos cativos em relação aos livres no interior do grupo de filhos legítimos, atingindo variações de 43,7% (1830-32) a 61,1% (1866-68). Em relação ao cômputo total de filhos legítimos, estimados em 1.696 inocentes (dentre estes, 26 eram *ingênuos*), constatamos que 43,1% eram representados por padrinhos livres, 44,2% por padrinhos escravos, 2,7% por forros, 4,4% por padrinhos livres e madrinhas escravas (onde 27,6% destes padrinhos eram forros) e por fim, 3,4% representando padrinhos escravos e madrinhas livres, onde 67,7% destas eram forras.²⁸

Entre os filhos naturais computados no total de 1.484 inocentes (48 destes eram *ingênuos*), 54% representavam crianças cativas apadrinhadas por livres, enquanto que 34,5% representavam o enlace compadresco de endogamia por condição social. Entre as oscilações observadas ao longo do período eleito pela pesquisa, encontramos entre os subperíodos de 1833-35; 1863-65 e 1866-68 um comportamento oposto ao padrão geral identificado, onde o grupo de padrinhos livres não se sobrepôs ao grupo de padrinhos escravos, estes representando participações de 50,0%, 46,5% e 46,0% do total estimado para cada intervalo, respectivamente.²⁹

Centrando nossa análise daqui por diante no enlace horizontal tecido na pia batismal, observamos que do total de 1.385 inocentes e *adultos* cativos, incluindo neste cômputo 20 *ingênuos*, que receberam como protetores espirituais seus companheiros de cativeiro, verificamos que a maioria, ou seja, 54,0% deste grupo pertenciam às propriedades distintas a do batizando. Sendo assim, fica expressa aqui a capacidade de extrapolação de fronteiras de propriedade, já que boa parte destes condutores espirituais era buscada em outros plantéis de escravos. Nesse sentido, esta característica assinala muito mais a capacidade de mobilidade espacial e de extensão de redes sociais

²⁸ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

²⁹ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ. (Matriz de São Bom Jesus – Pouso Alegre-MG)

para além do reduto do plantel escravista, que uma predisposição determinada exclusivamente pela dimensão das escravarias locais. Conforme mencionamos no segundo capítulo, embora a região apresentasse uma presença majoritária de pequenas e médias propriedades, estas não se confrontavam de forma tão dispare àquelas unidades de porte maior que chegaram a atingir dimensões similares àquelas difundidas em economias agroexportadoras.

Não obstante, a presença destas grandes unidades aumentava tanto o potencial de chances de procura por padrinhos na mesma propriedade, como também justificaria, por outro lado, o elevado índice de legitimidade encontrado para a Freguesia. Entretanto, esta relação legitimidade e apadrinhamento, avaliada em primeira mão por Ana Rios,³⁰ que assinalava a potencialização do enlace intracativeiro no interior da mesma unidade, conforme o aumento da dimensão da escravaria, junto ao advento da legitimidade, não encontrou a mesma ressonância na Freguesia de São Bom Jesus, já que ao contrário do arranjo intraplantel verificado para Paraíba do Sul, as famílias legítimas optaram em efetuar o parentesco ritual com escravos situados em outras unidades.³¹

Quando havia interesse em manter pelo menos um dos pares pertencentes à mesma unidade como padrinho ou madrinha da criança ungida, certificamos que esta preferência foi atribuída ao padrinho escravo, enquanto que a madrinha cativa passou a ser buscada fora dos limites da propriedade em que pertencia o batizando. Entretanto, esta combinação mencionada não foi considerada um padrão muito recorrente encontrado em outras regiões pesquisadas, já que a predileção pela madrinha cativa pertencente à mesma unidade justificava-se em razão da praticidade de se substituir a mãe biológica pela madrinha, quando aquela se tornasse eventualmente ausente, assumindo assim a tutora espiritual, a criação do afilhado. Deste modo, aventamos que a endogamia de condição social, praticada através da busca por padrinhos no interior da propriedade do batizando, em detrimento da madrinha, refletiria a ineficiência de possíveis interditos senhoriais com relação aos cuidados destas madrinhas para com seus afilhados, mesmo pertencendo estas às propriedades distintas.

³⁰ RIOS, Ana Maria Lugão. **Família e transição** (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920). 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

³¹ Fonte: **ASSENTOS DE BATISMO**. Livro 1 (1812-1821); Livro 2 (1821-1825); Livro 3 (1825-1837); Livro 4 e 7 (1837-1858); Livro 5 (1841-1843); Livro 6 (1847-1853); Livro 7 (1857-1861); Livro 8 (1861-1866); Livro 9 (1866-1873). Localizados na MSBJ.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação à análise desenvolvida em torno do estabelecimento da rede de sociabilidade via compadresca, inferimos que a comunidade escrava de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre esteve dividida, ao longo do século XIX, entre alianças verticais e horizontais, o que de certo modo demarcou a oscilação entre a expansão e fortalecimento de teias comunitárias em paralelo à expansão ou enfraquecimento das alianças clientelísticas (verticais). Quanto aos padrões compadrescos analisados, verificamos que a maioria dos padrinhos de escravos *adultos* era livre, o que relativiza a tradicional escala padrão que atribui à predileção de batizando africanos por padrinhos africanos ou escravos nativos e não pessoas livres. Entre os crioulos, a participação de padrinhos escravos também foi inferior a de livres, embora em subperíodos como 1866-1868, aquela participação chegou a superar a representação de padrinhos livres. Quanto ao fator- sexo do batizando – observamos um relativo equilíbrio entre padrinhos livres e escravos. Não verificamos, portanto, a preferência de padrinhos livres aos meninos cativos. Já referente ao fator-legitimidade verificamos a premissa historiográfica de que mães solteiras estariam mais próximas ao mundo dos livres, enquanto que famílias legítimas teceriam redes de solidariedade mais estreitas com a comunidade escrava.

No que se refere à capacidade de ultrapassar as fronteiras de propriedade, observamos que a maioria dos padrinhos cativos pertencia às propriedades distintas ao dos respectivos batizando. Não obstante, inferimos que esta característica não dizia respeito apenas à dimensão das escravarias, mas, sobretudo, à capacidade de extensão das redes sociais escravas para além do reduto da unidade escravista.